

Sarney quer diálogo com os credores

Buenos Aires — O presidente José Sarney, em resposta por escrito a um questionário da Agência de Notícias Argentinas DYN (Diário y Noticias), voltou a defender a criação do Mercado Comum Latino-Americano e pregou o "diálogo político" entre credores e devedores para resolver a crise da dívida externa.

Afirmando que os planos de cooperação internacional impulsionados pelas nações industrializadas "não produziram os resultados esperados porque prevaleceram medidas unilaterais adotadas por alguns países desenvolvidos em função de seus objetivos políticos e econômicos, com consequências negativas para o mundo em desenvolvimento e, particularmente, para a América Latina", Sarney disse que o processo de integração econômica a nível bilateral, em andamento em vários países do Continente, "deve concluir na criação de um Mercado Comum Latino-Americano, para o qual é necessário que os governos, os empresários e demais agentes sociais atuem com forte sentido de realismo e gradualismo".

O Presidente brasileiro defendeu um "diálogo político" entre credores e devedores para concretizar uma estratégia que "tenha em conta a necessidade imperiosa de crescimento da economia mundial e representando um sério risco para o sistema financeiro internacional", disse Sarney. "A estratégia atual, elaborada unilateralmente pelos países credores, se mostra inadequada e ineficiente, já que as políticas de ajustes por ela preconizadas não lograram alcançar taxas de crescimento compatíveis com as necessidades dos países devedores, comprometendo a situação social da qual depende sua estabilidade política".

Por isso, prosseguiu Sarney, "é imprescindível, pois, uma estratégia negociada entre credores e devedores através do diálogo político e que tenha em conta a necessidade imperiosa de crescimento real dos países endividados".

Sarney ressaltou como "elementos essenciais que se revertam as transferências líquidas de recursos

dos países em desenvolvimento para os desenvolvidos" e a promessa das nações industrializadas de agilizar "novos recursos financeiros para o desenvolvimento" dos países acossados pela dívida externa.

O Presidente brasileiro enfatizou as propostas surgidas do consenso de Cartágena, assim como as posições levantadas pela Conferência de Cúpula de Acapulco, pois "contribuíram muito para que se desenvolvesse uma percepção coletiva, comum a vários países endividados, de que a crise da dívida é um problema que tem repercussões negativas para o conjunto da economia mundial".

"Sua solução, portanto, requer medidas adotadas em conjunto por devedores e credores", concluiu.

Sarney aplaudiu os acordos para paz na América Central firmados entre os cinco presidentes da região e m *Esquipulas*, qualificando-os como "a alternativa mais viável para alcançar a paz firme e duradoura".

"A vontade de paz", continuou Sarney, "expressa nos acordos de *Esquipulas* deve contar com o apoio indispensável daqueles países que, direta ou indiretamente, têm um peso considerável no equilíbrio de forças dentro do conflito. É imprescindível que todos os países com vínculos e interesses na América Central colaborem com esforços genuínos para o cumprimento dos compromissos assumidos pelos presidentes centro-americanos em *Esquipulas*".

Finalizando o questionário, Sarney voltou a defender a estruturação de um sistema defensivo comum, distinto do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar) e reiterou a necessidade de estabelecer uma "zona de paz e cooperação no Atlântico Sul".

O Brasil tem se empenhado em manter o Atlântico Sul alijado de todo tipo de tensão ou confrontação, disse. "Se trata de uma região com identidade própria e o que desejamos é evitar que fatores exógenos dificultem ou maeacem a paz e a segurança da região".